

A CICATRIZ DE ULISSES¹: DISCURSO, ENUNCIADO E GÊNERO DISCURSIVO

*Maria Angélica de OLIVEIRA²
Ivone Tavares de LUCENA³*

*Nada está morto de maneira absoluta:
todo sentido terá seu festivo retorno.*
Bakhtin

RESUMO

À luz da Análise de Discurso de linha francesa, filiada aos pensamentos de Pêcheux, Bakhtin e Foucault, objetivamos, neste artigo, discutir as concepções de discurso, enunciado e gênero discursivo, procurando evidenciar sua filiação imprescindível com as formações ideológicas, as formações discursivas e as condições de produção das quais se originam.

Palavras-chave: discurso, enunciado, gênero discursivo, dialogismo.

RESUMÉ

A la lumière de l'Analyse du Discours de tendance française, liée aux pensées de Pêcheux, de Bakhtin et de Foucault, on a le but, dans cet article, de réfléchir sur les concepts de discours, de énoncé et de genre discursive, en mettant en relief leurs filiations indispensables avec les formations discursives, les formations idéologiques et les conditions de productions desquelles elles sont origine.

Mots-clé: discours, énoncé, genre discursive, dialogisme.

Muitos anos mais tarde, tendo vivido inúmeras aventuras e infortúnios, Ulisses regressa ao lar disfarçado de mendigo. Penélope ordena que a governanta banhe os pés do forasteiro, sinal de hospitalidade nas velhas histórias. No cumprimento da ordem, a escrava começa a banhar os pés daquele mendigo. Ao tocar numa cicatriz, a velha Euricléia descobre que aquele mendigo é seu amo tão esperado. A cicatriz de Ulisses é lembrança de uma caçada ao javali no monte Parnaso, e, mais que isso, naquele momento, é vestígio denunciador de sua verdadeira identidade. A velha nutriz descobre que Ulisses é Ulisses não apenas pela marca superficial na sua perna, mas por toda a significação que subjaz à cicatriz. A cicatriz não significa só pelo ocorrido outrora, mas por sua relação com o presente, com as condições atuais do reino de Ítaca, ameaçado pelos pretendentes de Penélope, em que o retorno de Ulisses sinaliza esperança. A cicatriz de Ulisses só “diz” o que “diz” a Euricléia porque ela é vestígio de um contexto maior. O seu “dizer” provém da história de Ulisses, de sua posição, das relações de poder. Provém do retorno ao passado e de sua relação com o presente. A cicatriz de Ulisses não significa por ela mesma, de forma isolada, mas por um feixe de relações com outros acontecimentos.

¹ Expressão devida a Erich Auerbach, *Mimesis*, 1998.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Convocamos, ao nosso texto, essa breve passagem da Odisséia, com a pretensão de estabelecermos uma *analogia* entre o discurso, *efeito de sentido entre interlocutores*, e a cicatriz de Ulisses. O discurso, assim como aquela cicatriz, só significa quando se relaciona às suas condições de produção, só é discurso quando está relacionado ao que a condiciona, porque ele é *prática social e histórica*. É cicatriz denunciadora das formações ideológicas, das formações discursivas e das condições de produção de que se origina.

Foucault (1972) afirma que o discurso é o conjunto dos enunciados provenientes de um mesmo sistema de formação, aos quais é possível atribuir modalidades peculiares de existência. Daí a possibilidade de se falar em *discurso clínico, discurso econômico, discurso fabulístico, discurso feminista, discurso petista, discurso literário*. Tais discursos, assim como Ulisses, possuem cicatrizes denunciadoras que os identificam como tais, que revelam sua identidade. Assim como a cicatriz de Ulisses, essas cicatrizes denunciam a identidade do discurso por sua inscrição em determinada formação ideológica e discursiva, em uma dada condição de produção, em um determinado gênero discursivo. O discurso, *efeito de sentido entre interlocutores*, materializa-se nos enunciados que o constituem.

Para Foucault (1972, p.109), o enunciado é *uma função que cruza um domínio de estrutura e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço*. Para esse autor, o enunciado não é uma instância do mesmo gênero da frase, da proposição ou do ato de linguagem. Esses têm como característica imprescindível a materialidade lingüística. Na perspectiva foucaultiana, para que uma frase seja considerada aceitável, uma proposição legítima e um ato de fala bem realizado, o material lingüístico lhes é indispensável. Característica que não é cicatriz denunciadora do enunciado, pois ele (o enunciado) nem sempre se constitui de uma seqüência lingüística. Uma fórmula química, uma seqüência matemática, uma árvore genealógica, nessa perspectiva são exemplo de enunciado. O enunciado não é apenas unidade do tipo lingüístico, mas uma função enunciativa. Afirma Foucault (1972, p.133):

Ora, voltando atrás sobre meus passos, apercebi-me de que eu não podia definir o enunciado como uma unidade de tipo lingüístico (superior ao fenômeno e à palavra, inferior ao texto), mas que tinha de me ocupar de uma função enunciativa, pondo em jogo as unidades diversas (podem coincidir, às vezes, com frases, às vezes com proposição; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, de séries ou de quadro de signos, de um jogo de proposições ou de formulações equivalentes).

Para Foucault (1972), o enunciado, estrutura significante da linguagem, é materialidade repetível, aberto à repetição, à transformação, ao retorno. Como unidade fundamental do discurso, o enunciado está sempre em *déficit*, porque *nem tudo é sempre dito*. Os sentidos do enunciado estarão sempre relacionados a um tempo e a um espaço determinado porque esses sentidos estão associados à formação ideológica a que ele pertence e às suas condições de produção. Todo enunciado é cicatriz denunciadora da formação discursiva em que está filiado. Tomemos como exemplo o seguinte enunciado: *Ela é muito inteligente apesar de ser mulher*. Comentário feito, em dezembro de 1994, pelo então presidente da Fiesp, Mário Amato, a respeito da ex-ministra Dorotéia Werneck na ocasião de sua volta ao Ministério. Este é um enunciado filiado à formação do discurso machista. Filia-se, pois, numa rede de outros enunciados como: *Nenhuma situação é tão complicada que uma mulher não possa piorar* (Tom Jobim); *Pouquíssimas são as mulheres capazes de abrigar dois conceitos ao mesmo tempo*. (Woody Allen); *As mulheres em geral, não apreciam arte alguma, não as conhecem, e não têm talento nenhum*, (Rousseau). Todos esses enunciados proclamam a suposta “incompetência” feminina, a “burrice” da mulher. O discurso machista, como todos os outros, é gerado no seio de

uma sociedade também machista. Os discursos não são gestados do nada, mas no ventre das formações sociais. O discurso machista é um certo modo sócio-histórico-ideológico da linguagem. Dessa forma, o sentido do enunciado é recuperado a partir de sua filiação à formação discursiva e à formação ideológica a que pertence. Possenti (2002), referindo-se ao discurso racista, afirma que esse discurso existe porque há condições de produção sócio-históricas, na formação social, para que haja uma ideologia racista. Assim também ocorre com o discurso machista. É preciso que haja uma ideologia machista no seio da formação social para gestar o discurso machista que, por sua vez, materializa-se num enunciado constituído por vestígios denunciadores desse discurso.

Portanto, o enunciado não significa isolado, mas numa rede, relacionado a outros enunciados da mesma formação discursiva. De acordo com Foucault (1972, p.124), *não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto*. Essa característica de dependência do enunciado também é difundida por Bakhtin (1997: p.291) quando diz que *cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados*. Para o teórico russo, é a atitude responsiva cicatriz denunciadora do enunciado.

Na perspectiva bakhtiniana, o enunciado é a unidade real da comunicação verbal, e, enquanto tal, sua particularidade constitutiva, sua cicatriz denunciadora, é ter um destinatário, suscitar uma atitude responsiva. Nessa concepção, apenas levando em consideração a alternância dos sujeitos falantes, o contato entre a língua e a realidade que acontece durante qualquer comunicação real e viva, é que podemos considerar uma seqüência lingüística um enunciado. *O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário* (BAKHTIN, 1997, p.320). Palavras e orações desvinculadas da comunicação real e viva não serão consideradas enunciados. Isso não significa que os enunciados não sejam formados por palavras ou orações. Elas são seu suporte. Todo enunciado, na concepção bakhtiniana, tem autor e destinatário, é produzido por alguém e para alguém. Dessa forma, tanto Bakhtin quanto Foucault asseveram que, para um dado segmento ser considerado um enunciado, ele prescinde das relações sociais, carecem “acontecer” no funcionamento vivo da linguagem. No entanto, Bakhtin, ao definir enunciado, restringe-se à materialidade lingüística, enquanto para Foucault esta não é a característica imprescindível do enunciado.

Foucault (1972), distintamente de Bakhtin (1997), considera o enunciado uma função que possui existência material, seja ela lingüística ou não. O que caracteriza o enunciado, na perspectiva foucaultiana, é a sua materialidade repetível. Ao tratar da materialidade repetível do enunciado, Foucault (1972) não está se referindo simplesmente à repetição da mesma oração, proposição ou equação. Não é a repetição da seqüência, seja ela lingüística ou não, que determina o mesmo enunciado, seu reaparecimento. Foucault (1972, p.130) afirma que:

uma informação dada pode ser retransmitida com outras palavras, com uma sintaxe simplificada, ou em um código convencional; se seu conteúdo informativo e a possibilidade de utilização são as mesmas, poderemos dizer que em ambos os casos é o mesmo enunciado.

O enunciado, nesta perspectiva, suporta paráfrase. O enunciado que apresentamos anteriormente, dito por Mário Amato – *Ela é muito inteligente apesar de ser mulher* – na formação discursiva machista, constitui uma paráfrase de *Pouquíssimas são as mulheres capazes de abrigar dois conceitos ao mesmo tempo*. As palavras são outras, mas é o mesmo conteúdo informativo – *as mulheres são burras*. São as mesmas possibilidades de utilização. Portanto, em ambos os casos, temos o mesmo enunciado. Segundo Foucault (1972), a identidade do enunciado não pode ser situada em relação à frase, mas a um

conjunto de condições e de limites *impostos pelo conjunto de outros enunciados no meio dos quais figura, pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo, pelo papel ou funções que tem de desempenhar* (Idem, p.129). Ao exemplificar a materialidade repetível do enunciado, Foucault (1972) diz que a afirmação *A terra é redonda*, antes de Copérnico, se configura como um enunciado e, depois de Copérnico, se constitui como outro enunciado pois, embora tenhamos a mesma frase, as mesmas palavras, as possibilidades de utilização são outras, a relação dessa afirmação com outras não é mais a mesma. Tomemos, por exemplo, a afirmação *Agora é Lula, slogan* da campanha do presidencialista Luís Inácio Lula da Silva. Antes da eleição, antes de o candidato do PT ter sido eleito, tínhamos um dado enunciado. Suas condições de utilização e de reinvestimento, seu campo de experiência eram um. Hoje, com o candidato eleito e no “poder”, essa afirmação não pode mais ser considerada o mesmo enunciado, pois seu conteúdo informativo e as possibilidades de utilização não são mais as mesmas. Temos a mesma proposição, a mesma frase, mas enunciados diferentes. Não se trata apenas de mudança semântica, mas de uma mudança do campo de experiência, de verificações possíveis, de campo de utilização. Afirma Foucault (1972, p.131):

E ao invés de ser uma coisa dita de uma vez por todas – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se à transferência e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga.

O conceito de enunciado, presente em Foucault (1972), como já dissemos, em alguns aspectos diverge daquele presente na concepção bakhtiniana, sobretudo porque, para Foucault (1972), o enunciado é uma função que se materializa não apenas nas formas lingüísticas, enquanto que, para Bakhtin (1997), o enunciado é uma unidade real da comunicação verbal. Em contrapartida, para os dois teóricos, a existência de enunciado, tanto como função ou como unidade verbal, depende de sua relação com outros enunciados. Para ambas as visões, não negligenciando suas particularidades, a identidade/expressividade do enunciado encontra-se filiada a um dado *campo enunciativo*⁴, ou a determinado *gênero discursivo*, gestado numa dada formação social. Portanto compreendemos que essas visões são complementares e não excludentes. A partir dessa nossa compreensão, tomaremos de empréstimo para o nosso trabalho tanto a visão bakhtiniana quanto a visão foucaultiana acerca do conceito de enunciado, considerando-o uma unidade funcional que carece de uma materialidade, seja verbal ou não, cuja significação encontra-se associada tanto à formação discursiva quanto ao *gênero do discurso/campo enunciativo* que lhes servem de abrigo, sem perdermos de vista sua relação imprescindível com os outros enunciados também elos da cadeia da comunicação verbal e não-verbal.

Se, para Foucault (1972), a materialidade repetível é o que caracteriza o enunciado, no caso da enunciação é diferente. Nesta perspectiva, a enunciação é irrepitível, é acontecimento com data e lugar determinados. *A enunciação é um acontecimento que*

⁴ Em nossa compreensão, os conceitos de *campo enunciativo* e *gênero discursivo* são muito próximos, o que nos motiva a considerá-los sinônimos. Salientamos, porém, a não existência de sinônimos perfeitos.

não se repete, tem uma singularidade situada e datada que não se repete (FOUCAULT, 1972, p.127). Desta forma, cada vez que a afirmação: *a terra é redonda* for repetida, seja pelo mesmo indivíduo ou por indivíduos diferentes, será considerada uma nova enunciação. No entanto, levando em consideração a contribuição de Bakhtin ao estudo da linguagem, a enunciação não deve mais ser compreendida como um ato individual, mas como ato sócio-histórico. Quando se enuncia sempre se enuncia de um dado lugar sócio-histórico-ideológico para um outro sujeito que ocupa também uma posição ideologicamente marcada. *Uma enunciação não ocorre no vazio, mas em posições enunciativas prévias aos atos singulares de enunciação. E são relativamente estáveis, embora historicamente mutáveis* (POSSENTI, 2002, p.234). Ao nosso trabalho caberá esta concepção de enunciação enquanto ato histórico e social proveniente da perspectiva bakhtiniana.

A revista *Veja*, da última semana de janeiro, nº de edição 1889, trouxe a seguinte chamada de capa: *O PT deixou o Brasil mais burro?* – as letras garrafais da chamada são emolduradas por longas orelhas de um muar. Vejamos a capa da revista:



Nas edições seguintes a essa edição, várias foram as referências a essa chamada de capa. Vários foram os enunciados suscitados por ela. Tomemos alguns desses enunciados que servirão a nossa breve discussão.

“Como cidadão, eu me sinto um pouco vestindo aquelas orelhas enormes”.

“Deviam ter posto a imagem do sorridente burro do *Shrek* identificando-o como mascote cultural do governo do PT”.

“Vivemos num país não de burros, mas de jumentos, mais tacanhos que aqueles”.

“A capa ficou fantástica! É bem a cara do Brasil (des)governado pelo PT do Lula”.

“Perfeita a chamada de capa da edição passada da *Veja*. Eu só tiraria o ponto de interrogação”.

O enunciado da chamada de capa da *Veja*, como todos os outros que dele derivam (os comentários dos leitores) estão inscritos em dois grandes discursos, que poderíamos denominar: *discurso da “burrice” brasileira*, e *discurso da incompetência do PT*. Há aspectos sócio-histórico-ideológicos na formação social brasileira para se acreditar na “burrice” do povo brasileiro, evidenciada na chamada de capa em questão – *O PT deixou*

o Brasil mais burro? – de acordo com esse enunciado o Brasil é um país burro. O questionamento é o quanto mais ele ficou com a administração do PT. Alguns leitores chegam a assumir sua “burrice”, outros acusam a “burrice” ou a incompetência do Partido dos Trabalhadores. Façamos uma breve explanação acerca das condições sócio-históricas geradoras de tais discursos.

Sempre se comentou sobre o baixo grau de escolaridade do ex-líder do PT, o agora presidente Luís Inácio Lula da Silva. Muito se comentou também sobre os desvios da norma culta por ele cometidos, motivo, em eleições passadas, de chacota e zombaria. Muitos diziam que não iam votar num analfabeto, pois não teria competência para governar o país. Em nossa sociedade, aquele que não sabe ler, nem falar “bonito” é considerado “burro”. Além da propagação da suposta incompetência do ex-líder, seu maior representante, sempre se falou que o povo não sabe falar, que o povo não gosta de ler, que o povo brasileiro não tem cultura, como se fosse possível algum povo não ter cultura. A tudo isso se acrescenta o fato de que sempre se propagou no Brasil o fracasso escolar e nossa educação como uma das piores do mundo.

Os efeitos de sentido do enunciado são estimulados, principalmente, pelo emprego da palavra “burro” que tem um sentido pejorativo em nossa sociedade. Esses efeitos de sentido não advêm apenas desta palavra ou do enunciado enquanto estrutura, mas, a partir de uma perspectiva peuceutiana, do enunciado enquanto estrutura e acontecimento. Seus efeitos de sentido são construídos a partir das condições de produção que também possibilitam a produção de tais discursos, que só “acontecem” porque, em nossa formação social, há a ideologia que propaga a suposta burrice nacional e a tese da incompetência do PT. Os discursos, como já dissemos, não são gestados do nada, são gestados no ventre prenhe dos dizeres do corpo social, da formação social. *Afinal, discurso é o que as pessoas dizem [...] – não porque se trata de pessoas que dizem, simplesmente, mas porque, para dizer, estão necessariamente inseridas em situações sociais – às quais se poderia chamar de posições de sujeito* (POSSENTI, 2002, p.36).

Como falávamos anteriormente, os efeitos de sentido dos enunciados, além de estarem relacionados às formações ideológicas e discursivas e às condições de produção, também serão regulados pelo gênero discursivo a que pertencem. Estando o enunciado em análise nos domínios do gênero *chamada de capa*, seus efeitos de sentido certamente seriam diferentes se o mesmo enunciado habitasse os domínios de uma conversa familiar, ou fizesse parte de uma anedota. Sua organização composicional (expressão apresentada por Bakhtin) – letras grandes, poucas palavras, a relação entre o verbal e o não-verbal, regula os sentidos do dizer. Situando-se no discurso jornalístico e fazendo parte do gênero *chamada de capa*, ele enuncia um grau de confiabilidade que não enunciaria numa anedota. Os sujeitos leitores devem considerá-lo um dizer “sério”, “verdadeiro”, sobretudo se levarmos em consideração o veículo de circulação: revista *Veja*. Revista conceituada e de grande poder de circulação. Diante do exposto, podemos concluir que os efeitos de sentido gerados pelo enunciado da revista *Veja* não estão circunscritos, fechados no enunciado, mas nos gestos de interpretação dos quais enunciado e sujeitos são responsáveis.

Salientando que o discurso é o domínio do gênero, temos: o discurso jornalístico, o discurso jurídico, o discurso religioso nos quais habitam ilimitados gêneros discursivos. Nos domínios do discurso jornalístico, por exemplo, situam-se os gêneros: entrevista, reportagem, noticiário, documentário, crônicas jornalísticas, editorial, debate regrado. Cada um possuindo, segundo a perspectiva bakhtiniana, *conteúdo temático, construção composicional e estilo*, peculiares ao gênero em que estão situados. Barbosa (2002: p.152) assim define cada um dos elementos que compõem o gênero:

O *conteúdo temático* – o que pode ser dizível em um dado gênero, a *construção composicional* – sua forma de dizer, sua organização geral que não é inventada a cada vez que nos comunicamos, mas que está disponível em circulação social – e seu *estilo verbal* – seleção de recursos disponibilizados pela língua, orientada pela posição enunciativa do produtor do texto.

Tomemos os textos abaixo, pertencentes ao gênero *receita culinária*, a fim de localizarmos os elementos que o caracterizam:

RECEITA I

*Figos enformados com balsâmico e salada verde
(para 2 pessoas)*

*12 figos frescos bem firmes
1 maço de hortelã picada
3 colheres (sopa) de vinagre balsâmico
1 colher (sopa) de mel
2 colheres (sopa) de azeite*

Descasque os figos, misture com a hortelã e reserve. Junte o vinagre balsâmico com o mel e acrescente o azeite, batendo bem. Cubra os figos com esse molho, misturando com cuidado para não amassá-los. Em seguida, coloque as frutas em uma fôrma de pudim com furo no meio, encaixando bem um figo no outro. No final, pressione o conjunto delicadamente. Leve à geladeira por uma noite, desenforme e decore com folhas de hortelã, rodeando os figos com folhas verdes. O prato pode acompanhar carnes defumadas ou assadas.

RECEITA II

ROLINHO COM SORVETE DE QUEIJO-DE-MINAS

Abra uma a uma as folhas de rolinha primavera, espalhe doce de goiaba em pasta. Enrole. Passe clara de ovo nas bordas do rolinho para colarem bem. Reserve. Aqueça o óleo de canola. Frite os rolinhos, virando com cuidado para não se desmancharem. Retire. Escorra em papel-toalha. Passe-os a uma travessa. Polvilhe açúcar e canela moída. Sirva rolinho com sorvete de queijo-de-minas. Folha de goiabeira enfeita.

Para 4 porções: 8 folhas de rolinho primavera (compre em casas de produtos orientais), 8 colheres (sopa) bem cheias de goiaba em pasta, 1 clara de ovo levemente mexida, ½ litro de óleo de canola, 2 colheres (sopa) de açúcar, 3 colheres (chá) de canela em pó, ½ kg de sorvete de queijo-de-minas, folhas de goiaba.

A receita culinária, segundo Dolz e Schneuwly (apud BARBOSA, 2002.), é um gênero que se agrupa na ordem do instruir ou prescrever, como os gêneros: instruções de uso, instruções de montagem, regras de jogos, estatutos, bulas de remédio, constituições, dentre outros. Esses gêneros prescrevem, instruem uma regulação mútua de comportamentos. Em relação ao *conteúdo temático*, na receita culinária é “permitido” mencionar os ingredientes, o modo de fazer, algumas dicas como: que tipo de carne pode acompanhar o prato, como vimos na receita dada acima. No entanto, nesse gênero não é “dizível”, por exemplo, falar de si como no diário, ou mesmo relatar uma reunião como no gênero ata. Unido a esse conteúdo temático dizível na receita culinária está sua forma, o conteúdo composicional; usualmente os ingredientes antecedem o modo de

fazer. Vale salientar que podemos encontrar em algumas revistas os ingredientes e o modo de fazer juntos num único bloco, ou ainda, podemos encontrar primeiro o modo de fazer e, em seguida, os ingredientes, como na receita II. As receitas culinárias têm uma “forma” própria que as identifica como tais, uma organização peculiar ao gênero. Organização esta que a torna mais prática, mais viável à execução da atividade proposta. Quanto à organização do estilo verbal, percebe-se a freqüência dos verbos no modo imperativo, o modo instrucional. O estilo verbal, seleção dos recursos da língua, também será orientado pelo sujeito-enunciador. Nas receitas aqui apresentadas, é possível observar que o autor não usa as palavras *ingredientes* ou *modo de fazer*, por exemplo. Ao invés de indicar as porções, como na receita II, a receita I indica para quantas pessoas a refeição é suficiente. É uma “escolha” do sujeito-enunciador. Embora o estilo verbal esteja relacionado à “escolha” do autor da receita, é preciso salientar que essa escolha está atrelada à construção composicional e ao conteúdo temático que caracterizam este gênero como receita culinária. Não é, portanto, uma escolha arbitrária, livre. Esses elementos (conteúdo temático, estilo verbal, construção composicional) vão diferenciá-lo de outros gêneros como a bula, a constituição, as regras de jogo. Não se escreve uma instrução de montagem do mesmo modo que uma receita culinária.

É mister afirmar, consoante à perspectiva bakhtiniana, que *o gênero discursivo não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado*⁵ como elo da comunicação verbal. Por isso não são estáticos, imutáveis. Não é possível pensar o gênero do discurso sem referi-lo à esfera da atividade em que ele se funda, se institui, incluindo nessa esfera sua condição de produção, de recepção e de circulação. Tomemos mais um exemplo; agora uma deliciosa receita de pão:

RECEITA de pão

*é coisa muito antiga
o ofício do pão
primeiro misture o fermento
com água morna e açúcar
e deixe crescer ao sol*

*depois numa vasilha
derrame a farinha e o sal
óleo de girassol manjeriço*

*adicionado o fermento
vá dando o ponto com calma
água morna e farinha*

*mas o pão tem seus mistérios
na sua feitura há que entrar
um pouco da alma do que é etéreo*

*então estique a massa
enrole numa trança
e deixe que descanse
que o tempo faça a sua dança*

*asse em forno forte
até que o perfume do pão
se espalhe pela casa e pela vida*
Roseana Murray

⁵ Bakhtin (1997: p.312).

Ao lermos a *Receita de pão*, é possível identificarmos características que a classificariam como receita culinária. O texto tem elementos como ingredientes, modo de fazer. Os verbos apresentam-se em sua maioria no imperativo. O texto prescreve uma regulação de comportamento. São elementos dizíveis no gênero receita culinária. No entanto, se nos são visíveis os elementos que classificariam esse texto como receita culinária, nesse mesmo texto residem outros elementos que o levam a uma outra direção, que o levam a habitar também nos domínios de outro gênero: o gênero poético.

A *RECEITA de pão* da Roseana Murray não está relacionada à esfera da atividade cotidiana do espaço culinário, mas ao espaço do poético, do lírico, da *linguagem ao infinito*, construindo outros efeitos de sentido, outras formas de recepção, outras formas de circulação, em outras condições de produção. Num mesmo texto, encontramos cicatrizes denunciadoras de dois gêneros, o que assinala a capacidade de hibridização dos gêneros de discurso e o seu caráter de transição. Os gêneros do discurso, na visão de Bakhtin (1997), não são estáticos, mas fluidos, não suportam limites ou fronteiras, pois são transitórios. Sua função na interação sócio-verbal os presenteia com uma *estabilidade relativa*. Esta estabilidade relativa dos gêneros discursivos em Bakhtin (idem), assim como sua função na interação sócio-verbal, diferencia significativamente a teoria dos gêneros desenvolvida por esse teórico daquelas teorias tradicionais.

Segundo Bakhtin (ibidem), os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciado. Dizer que são *relativamente* estáveis significa dizer que esses tipos de enunciados não são estáticos, e que podem se transformar. Estando os gêneros do discurso relacionados a cada esfera da atividade humana, nada mais plausível do que considerar a sua mobilidade. À medida que as esferas da atividade humana se desenvolvem, os gêneros também se modificam, transformam-se. Com o advento da Internet, por exemplo, muitos gêneros ganharam “novas” vestimentas. Os diários íntimos transformaram-se em *Blogs*. No entanto, esses *blogs* trazem as marcas do passado, como, por exemplo, o conteúdo temático. Esses enunciados ainda são lugares da intimidade. Embora tenham caráter mais público, os *blogs* continuam sendo lugar de falar de si, de desabafo.

Bakhtin (1997, p.106) afirma que *um gênero vive no presente, mas sempre tem a memória do seu passado, das suas origens [...] Precisamente por isso, o gênero é capaz de garantir a unidade e a ininterrupta continuidade de seu desenvolvimento*. Os gêneros discursivos, consoante esse dizer, transitam entre a estabilidade e a mudança, entre o “velho” e o “novo”. Sua memória do passado, os *elementos arcaicos*, é capaz de se renovar continuamente, *pois não estão mortos, mas sempre vivos* (idem). Daí seu caráter de renascença, de reparação. Se não fosse sua *relativa* estabilidade, a comunicação seria impossível, pois a cada momento seria necessário criar um novo gênero, impossibilitando toda e qualquer compreensão entre os homens. Em contrapartida, se essa estabilidade não fosse relativa, não existisse a possibilidade de renovação do gênero, também a comunicação seria prejudicada, porque o dizer não acompanharia o desenvolvimento das atividades humanas, o que poderia acarretar problemas a esse desenvolvimento, tento em vista que a língua é comum a todas as esferas da atividade humana. Através dela é que o homem significa e dá significado ao mundo. Mesmo os gêneros mais estandardizados, como ordens militares e documentos oficiais, estão sujeitos às mudanças, adaptam-se às condições concretas de uso. Os gêneros, como mencionamos anteriormente, ainda possuem a capacidade de hibridização, ou seja, a capacidade de misturarem-se a gêneros de esferas diferentes ou da mesma esfera. As propagandas publicitárias, por exemplo, costumeiramente lançam mão desse recurso.

Os gêneros discursivos, na visão bakhtiniana, organizam-se em dois grandes grupos: os gêneros do discurso primário e os gêneros do discurso secundário. Os gêneros

do discurso primário são aqueles que se constituem numa esfera mais espontânea da comunicação verbal, são os gêneros da vida cotidiana, em sua maioria pertencentes à modalidade oral. São exemplos dos gêneros primários: a conversa familiar, as narrativas espontâneas, como os “causos” contados à beira da calçada ou, ainda, os bilhetes trocados entre amigos durante uma aula cansativa, por exemplo.

Os gêneros que se situam na esfera de comunicação mais elaborada, mais complexa, nos domínios, por exemplo, dos discursos: científico, jurídico ou artístico, são os gêneros secundários. Em geral são escritos, mas isto não é cicatriz denunciadora deste grupo. São exemplos de gêneros secundários: os romances, as peças teatrais, as conferências, os memoriais. A relação entre os gêneros primários e secundários não é uma relação de exclusão ou uma relação dicotômica. São duas instâncias interdependentes. Tanto podem transmutar de uma instância a outra quanto se misturar. As fábulas, por exemplo, eram narrativas espontâneas, pertenciam, portanto, ao gênero primário do discurso. Tomemos um outro exemplo, numa conferência⁶, o conferencista pode, de forma descontraída, contar uma anedota para distrair um pouco sua platéia, introduzindo, assim, um gênero da esfera mais espontânea da comunicação em sua apresentação. Como os gêneros estão relacionados às esferas da atividade humana, sendo, pois, seu reflexo, eles não podem ser estáticos, homogêneos. Sua natureza é plástica, circular, dinâmica, heterogênea.

Brait (2000), discorrendo acerca da diferença entre gênero discursivo e tipologia textual, levando em consideração que o primeiro filia-se a processos sócio-históricos, apresenta o seguinte texto:



uma placa de trânsito que foi fotografada pelo poeta José Paulo Paes e transportada para sua obra *Um por todos (poesia reunida)*. Segundo a autora, a placa de trânsito, que antes se situava no gênero *código de trânsito*, relacionada às normas de utilização de determinados espaços urbanos, quando transportada pelo poeta José Paulo Paes para seu livro, fará o mesmo texto habitar os domínios de outro gênero, o gênero poético. Brait (2000, p.23) afirma que:

colocado em um livro de poemas, modifica-se inteiramente. Mudam as formas de produção, as formas de circulação e as formas de recepção. O mesmo texto passa a pertencer a um outro gênero, o poético, exigindo outros leitores, construindo outros sentidos, produzindo efeitos de sentido que a memória discursiva brasileira dos anos 70 pode motivar.

Este poema de José Paulo Paes elucida bem o caráter sócio-histórico dos gêneros

⁶ Exemplo apresentado por Faraco, 2003.

discursivos. Em Bakhtin (1997), a teoria do gênero discursivo não evidencia apenas as formas, o caráter estático do produto, mas, sobretudo, seu caráter dinâmico de produção. Os enunciados, materializados dentro de um dado gênero, mais do que uma forma, eles são atos sócio-históricos, que, além de pertencerem a um dado gênero, filiam-se a uma determinada formação discursiva que, por sua vez, se inscreve numa formação ideológica dada. Falar em gênero discursivo na abordagem bakhtiniana envolve muito mais do que simplesmente classificar um dado texto. Aqui a noção de gênero discursivo transcende a noção de tipologia textual.

Os efeitos de sentido do poema de José Paulo Paes estão atrelados tanto ao gênero que lhe confere a possibilidade de ambigüidade, daquilo que é dizível no gênero poético, abrigo de ambigüidades, de movências de sentido, quanto à formação discursiva a que este poema está filiado; aquela formação do discurso político que denunciava o autoritarismo em que vivia o país na década de 70, mergulhado ainda num clima de *liberdade interdita*. Filia-se, por exemplo, à mesma formação discursiva das receitas culinárias publicadas no contexto da ditadura militar que marcavam o “silenciamento” de discursos também denunciadores de uma *liberdade interdita*. De acordo com Brait (2000), embora a placa esteja totalmente deslocada do real, tendo em vista que a Avenida Liberdade não está mais interdita, o poema *continua a sinalizar, pela riqueza da língua, da linguagem e de seus usos, os meandros da memória histórica brasileira* (p. 24). O poema de José Paulo Paes diz o que diz não apenas pela sua estrutura, sua materialidade; diz o que diz porque se filia numa rede de outros dizeres, ditos em outras cenas enunciativas. As palavras, o texto, a materialidade pode ser a mesma utilizada pelos operários para sinalizar a interdição da Avenida Liberdade, mas o enunciado é outro porque são outras as possibilidades de utilização, é outro o campo de experiência, é outra a enunciação.

Os efeitos de sentido do poema se dão entre o interdiscurso (memória do dizer, discurso transversal) e o intradiscurso (formulação do dizer). Portanto, ratificamos, é impossível pensar a questão do gênero discursivo apenas pelo viés de sua forma, desvinculando-o dos processos histórico-sociais. *Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos de comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre significações da palavra e a realidade concreta* (BAKHTIN, 1997, p.320).

Diante do exposto acerca do conceito de gênero discursivo e do conceito de enunciado, tomemos a seguinte afirmação: *Ela é uma bruxa*. Esta afirmação, tomada apenas para verificar seus constituintes imediatos, (SN/SV), ou para a classificação do tipo de frase com caráter impessoal, sem se dirigir a alguém, fora das condições reais da comunicação, não é enunciado, é apenas e, tão somente, uma oração. Entretanto, se a situarmos no contexto da Idade Média, na época da Santa Inquisição, produzida por um inquisidor no ato jurídico, para o corpo do júri, condenando “Ela” à morte, será, pois, um enunciado filiado ao gênero “veredicto,” localizado nos domínios do discurso jurídico. Nestas condições, a oração passa à qualidade de enunciado, gerando uma atitude responsiva ativa. Situando, por exemplo, esta mesma oração no contexto dos contos de fadas, os sentidos seriam outros, outras seriam as respostas, seria um outro campo de utilização. Estaríamos, portanto, diante de outro enunciado.

Como dissemos anteriormente, respaldados nas abordagens aqui comentadas, os enunciados relacionam-se uns com os outros como *elos da cadeia da comunicação*. Estes elos se multiplicam e se refletem reciprocamente. Os reflexos mútuos vão prescrever a propriedade do enunciado. Nesta cadeia da comunicação, o enunciado torna-se um elo indissolúvel dos elos precedentes, que irão determiná-lo e constituí-lo. Daí emergirão reações a uma ressonância dialógica.

Nessa perspectiva, todo enunciado dialoga com outras vozes, com outros dizeres. O dialogismo é constitutivo do enunciado. Embora não existam marcas explícitas desse

processo dialógico na superfície do texto, todos sabemos que o enunciado não vem ao mundo desvinculado dos outros. Ele estará sempre associado a outros enunciados já ditos. Como afirma Bakhtin (1997), não existe o dizer adâmico, o dizer primeiro. Se o enunciado não estivesse filiado a outros enunciados, não seria compreendido, porque estaria desligado da cadeia da comunicação. O dialogismo é, pois, a *ordem do enunciado*.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina G. G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real da língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In.: ROJO, Roxane. *A prática de linguagem em sala de aula praticando os PCNs*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- BRAIT, Beth. (org.) PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In.: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo; as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003
- FOUCAULT, *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do sentido*. Curitiba: Criar, 2002.